



As funções sociais e políticas do bom cavaleiro no *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1279-1283) de Ramon Llull (1232-1316)

The social and political functions of good knight in the *Book of the Knight Order* (c. 1279-1283) of Ramon Llull (1232-1316)

Danielle Werneck Nunes
Ricardo da Costa¹

¹ Universidade Federal do Espírito Santo.



Uma das imagens mais recorrentes para representar os ideais cavaleirescos: um cavaleiro combatendo um grifo, símbolo das forças perversas e malignas. Catedral de Barcelona (séc. XIII).

“Todo cavaleiro, qualquer que seja, deve preservar três coisas neste mundo: honra, bens e vida. Deve colocar os bens e a vida em prol da preservação da honra; se alguém lhe quiser arrebatar os bens, exporá a vida para preservá-los. E em prol da vida, colocará a honra e os bens.” (MARTORELL, 2004: 269)

“(…) o homem mais solícito do mundo, amante e protetor do bem público, arrimo dos desamparados, auxílio dos enfermos.” (MARTORELL, 2004: 298).

Quem era o cavaleiro? Quais valores e habilidades ele deveria possuir para ser considerado um bom cavaleiro? Qual espaço ele ocupava na sociedade da época? Ramon Llull dedicou uma de suas obras para falar sobre a cavalaria: o ***Livro da Ordem de Cavalaria***, texto provavelmente escrito entre 1279 e 1283. Além de não termos comprovações sobre a data da redação do texto, o local também é desconhecido. Somente a partir de 1294 Llull passou a indicar

o local e a data de redação de suas obras. Isso contribuiu sobremaneira para que uma cronologia da produção luliana fosse feita e também para que o itinerário percorrido pelo beato em suas andanças fosse conhecido (COSTA, 2002: 308).

Essa atitude de não assinar as obras foi uma escolha de Llull, um homem de atitudes humildes e equilibradas. Como partícipe e conhecedor das correntes do século XIII, o pensamento luliano demonstra características da doutrina de duas ordens mendicantes: apresenta o método rigoroso dos dominicanos e a intensa piedade tipicamente franciscana (HILLGARTH, 1998: 39). Quando o beato percebeu que os textos poderiam ajudá-lo na difusão de sua *Arte*, começou a assinar os livros que escrevia (SANTANACH, 2000: 23).

A *Arte luliana* era uma tentativa de unificar todo o pensamento da cultura medieval e um instrumento para investigar a verdade das criaturas, tendo como pressuposto a verdade de Deus. Era uma arte criada com o principal objetivo de converter os infiéis. Na verdade, era mais que uma doutrina, constituía uma técnica, um sistema, um meio técnico de exposição científica. De acordo com Llull, essa *Arte* teria cinco usos: 1) conhecer e amar a Deus; 2) unir-se às virtudes e odiar os vícios; 3) confrontar as opiniões errôneas dos infiéis por meio das “razões convincentes”; 4) formular e resolver questões e 5) poder adquirir outras ciências em um breve espaço de tempo, tirando as conclusões necessárias. Isso fazia da *Arte* luliana a “ciência das ciências”, que proporcionava um ordenamento preciso e racional de todo o conhecimento (COSTA, 2001: p. 23-25).

De acordo com o *Catálogo Cronológico das Obras de Ramon Llull*, desenvolvido por Anthony Bonner, essa obra está inserida na segunda fase da produção luliana, chamada *quaternária*, que abarca os anos de 1274 a 1289. Esta se divide em duas outras etapas da produção: Ciclo da *Ars compediōsa inviniendi veritatem* (1274-1283) e *Ciclo da l'Art demonstrativa* (1283-1289). A redação do *Livro da Ordem de Cavalaria* insere-se no início do primeiro ciclo dessa segunda etapa da produção do maiorquino. As outras fases são: pré-artística (1271-1274), fim da época de estudos do beato, fase *ternária* (1290-1308), e pós-artística (1308-1315). Porém, as duas últimas fases são as mais produtivas.

Nesses anos, Llull buscou facilitar a compreensão de sua *Arte* e se dedicou à campanha anti-averroísta. Um dos mais célebres filósofos árabes da Idade Média, Averróis, defendia a tese da existência de um intelecto único para todo o gênero humano, sendo as almas individuais perecíveis. Acreditava ainda na

eternidade da matéria e do mundo criadas por Deus desde a eternidade através da emanção. Essas teses foram severamente combatidas pelos pensadores da cristandade. Ramon Llull dedicou várias obras contra o pensamento do filósofo muçulmano (JAULENT, 2001: 26-28).

O *Livro da Ordem de Cavalaria* foi originalmente escrito em catalão e amplamente divulgado em riquíssimos manuscritos franceses e também em diversas edições em outros idiomas (YATES, 1985: 71). Ele apresenta características doutrinárias e apoloéticas, assim como toda a filosofia e teologia lulianas (COSTA, 2000: XXV). Com exceção do prólogo e do quinto capítulo - que respectivamente apresentam uma narrativa literária e alegórica - o *Livro da Ordem de Cavalaria* tem uma argumentação dialética dos ideais propostos pelo beato: para que os cavaleiros compreendessem claramente as suas funções, a posição social que ocupavam, o valor da ordem e a ética que deveria reger esse grupo. A ética cavaleiresca luliana era o exercício das virtudes baseada na aplicação da *Arte*, mais precisamente, na doutrina da primeira e Segunda intenção, base do pensamento luliano.

Segundo Llull, quando Deus criou o homem, ordenou que nele existissem duas intenções: pela primeira intenção o indivíduo deveria honrar, servir e conhecer a bondade divina. Através da segunda intenção, ele alcançaria todos os bens possíveis neste mundo e seria digno da primeira intenção. Sendo esta a mais nobre, o homem deveria fazer todas as suas obras por esse virtuoso movimento. O beato dedicou uma de suas obras para exposição dessa doutrina: o *Livro da Intenção*.

O *Livro da Ordem de Cavalaria* indica que a cavalaria foi criada para que o ofício de cavaleiro existisse. Essa doutrina fundamentava as intenções do nascimento da ordem: a primeira era restabelecer a justiça no povo de Deus e assim combater o erro e o turvamento; a segunda, praticar tudo que contribuísse para recuperar a honra e a ordem. Por isso, se o cavaleiro agisse de maneira contrária aos preceitos desse estatuto, não poderia ser considerado um verdadeiro cavaleiro (RAMON LLULL, 2000: 23).

A obra foi escrita “(...) para retornar a devoção e a lealdade e o ordenamento que o cavaleiro deve ter para manter a sua Ordem” (RAMON LLULL, 2000: 11). Llull acreditava que, redigindo uma obra com um conteúdo doutrinário e didático, poderia iluminar o caminho dos novos pretendentes à ordem. Com a leitura do manual, eles estariam plenos de valores espirituais, éticos e morais. O beato considerava que tanto a cavalaria quanto o povo cristão estavam totalmente perdidos e era preciso trazer o “rebanho de volta” e –

especialmente – iluminar este rebanho. A cavalaria deveria estar a serviço da fé cristã, pois a sua principal meta era lutar contra os erros dos infiéis (COSTA, 2001: 27).

E o cavaleiro? Voltemos então às questões propostas no início desse trabalho: quem era o cavaleiro? De acordo com o pensamento luliano, o cavaleiro era um homem eleito entre mil homens para possuir o ofício da cavalaria. Ser um cavaleiro era um ofício de grande nobreza e que agradava muito a Deus (OLIVER, 1958: 182). A primeira parte da obra, intitulada “Do começo da cavalaria”, expõe essa eleição da seguinte forma: no início houve grande falta de virtudes no mundo e os vícios cresciam em abundância entre os homens de Deus. Então, todo o povo foi dividido em grupos de mil, e destes, era escolhido aquele que era “(...) mais amável, mais sábio, mais leal e mais forte, e com mais nobre coragem, com mais ensinamentos e de bons modos que todos os outros” (RAMON LLULL, 2000: 13).

Estava eleito o cavaleiro: o melhor dos homens, que reuniria em si todas as capacidades do ofício das armas e todas as virtudes do espírito (BRAGANÇA JÚNIOR). Ele seria servido pela mais nobre besta – o cavalo – e, por isso, seria chamado cavaleiro. O cavalo fora eleito pelo homem, pois “(...) era a mais bela besta e a mais veloz, e a que pudesse sustentar maior trabalho” (RAMON LLULL, 2000: 13). Sendo o cavaleiro tão virtuoso e cheio de nobreza, deveria também possuir as armas mais convenientes para o combate e para defender-se das feridas e da morte. Llull dedicou o V capítulo do ***Livro da Ordem de Cavalaria*** para uma cuidadosa descrição alegórica das armas e das suas funções. Faz uma interessante analogia dos formatos das armas com símbolos cristãos.

Por ter sido eleito por sua “nobreza de coragem e bons costumes”, o cavaleiro deveria ser “amado e temido pelas gentes”. Pelo amor, sentimento nobre, a caridade retornaria ao mundo; pelo temor, a verdade e a justiça venceriam o erro e o turvamento em que estavam imersos o mundo e seus habitantes. O ***Livro da Ordem de Cavalaria*** é um manual voltado para a educação dos futuros cavaleiros, chamados escudeiros, onde Llull demonstra os comportamentos mais justos a partir daquilo que era errado e “torto”. Utilizou os chamados exempla, típicos em narrativas do século XIII. A partir deles, era possível para o leitor fazer uma análise mais profunda e próxima da realidade da vida cotidiana. O exemplum luliano sempre era realista, apesar de não pretender ter o valor de um documento histórico (COSTA).

De maneira geral, o cavaleiro era um guerreiro que teve seu afã agressivo apaziguado pela Igreja. A partir do século X, esta passou a controlar o comportamento das pessoas, formulando a imagem exemplar que a sociedade deveria ter. O comportamento violento e muito agressivo do grupo cavaleiresco levou à necessidade do estabelecimento de uma ordem, um estatuto para reger a vida das armas (RUBIÓ, 2001: 82).

Quando Ramon Llull escreveu o *Livro da Ordem de Cavalaria*, esta já era uma ordem plenamente estabelecida na sociedade medieval. Já estava totalmente associada à nobreza, com regras a serem rigidamente seguidas. Era também um grupo que tinha sua linhagem baseada na hereditariedade. (COSTA) O século XII legitimou os termos que evidenciavam a divisão da sociedade em três ordens: os *oratores* (os que oravam, os clérigos, mediadores entre o mundo terreno e o mundo celestial), os *bellatores* (guerreiros responsáveis pela defesa da sociedade, os cavaleiros) e os *laboratores* (a mão-de-obra servil que, por seu esforço, alimentava os demais) (FRANCO JR., 2002: 89-90). Llull participava dessa visão tradicional de uma sociedade tripartida. De acordo com um escrito do bispo Adalberon de Laon (977-1030), os cavaleiros eram os protetores das igrejas e defensores dos poderosos e dos fracos (1982).

Em um contínuo processo de cristianização, a instituição cavaleiresca perdeu a batalha para as campanhas eclesiásticas, como a *Paz de Deus* (século X) e a *Trégua de Deus* (século XI). Ambas objetivavam pôr fim à violência atroz praticada pelos cavaleiros contra a população desarmada. Mais tarde, a Igreja também estabeleceu um juramento sobre relíquias sagradas: o cavaleiro prometia não invadir igrejas, aldeias nem castelos; não roubar, não atacar clérigos ou monges, homens ou mulheres; não apoiar ladrões, e muito menos matar (COSTA, 2001: 20). Esta última regra tinha uma exceção: como o cavaleiro fora promovido ao *status* de protetor da população e dos territórios, caso estivesse em luta pela defesa de alguém ou da santa fé cristã, poderia aprisionar e matar seu oponente sem correr o risco de ser excomungado ou repreendido. Ele era agora um “vassalo de Deus”, que possuía um ofício muito honrado e necessário para o bom regimento do mundo.

Ramon Llull mostrava-se mais favorável ao combate espiritual, levado à frente através das razões necessárias. O beato devotava grande crença na conversão pelo poder das palavras. Por isso, insistia em aprender as línguas dos infiéis para atuar em uma “cruzada espiritual” (GER, 2000: 663). Llull não defendia uma conversão pela força e pela coerção, pois Deus desejava que seus fiéis viessem a Ele por vontade própria. Essa defesa que Llull fazia do uso das

armas espirituais e das armas intelectuais demonstrava que ele condenava totalmente a violência contra os infiéis. O beato propunha uma conversão através do amor (SUGRANYES DE FRANCH, S/D: 279).

Porém, Llull desejava empreender uma reforma na sociedade baseada na religião católica, e para isso ser levado à frente, o uso das armas seria bastante útil. Houve então uma mudança nos planos propostos por Llull: um equilíbrio entre as “razões necessárias” e as armas. A cruzada luliana passou a possuir igualmente a necessidade do sermão e das armas: o argumento verdadeiro e o metal (CARRERAS I ARTAU, 1939: 265). O combate armado representava agora a luta pela paz universal e pela união de todos os povos do mundo sob uma única crença, um único Deus e um único papa.

Para ser admitido na ordem de cavalaria, o escudeiro se submetia a um longo ritual que misturava práticas cristãs e crenças populares. Aquele que desejasse ser um cavaleiro deveria, antes de tudo, ter um mestre cavaleiro para aprender tudo aquilo que fosse referente à tão nobre ordem. “(...) quem deseja ser cavaleiro convém que tenha mestre que seja cavaleiro, porque é coisa inconveniente que escudeiro aprenda a Ordem de Cavalaria de outro homem.” (RAMON LLULL, 2000: 19). Aqui o cavaleiro atuava como mestre dos que ansiavam ser armados. O beato aponta que, assim como não seria conveniente que um escudeiro fosse ensinado por um sapateiro ou carpinteiro a ser destro nos feitos de armas, também “(...) seria coisa inconveniente se carpinteiro ensinasse ao homem que desejasse ser sapateiro”. (RAMON LLULL, 2000: 19). Caso um cavaleiro malvado armasse um escudeiro, este poderia ser menos ajudado por Deus (RAMON LLULL, 2000: 73).

Llull considerava uma grande injúria que não houvesse escolas para ensinar, através das letras, a doutrina da ordem de cavalaria, visto que esta era muito alta (virtuosa, nobre) e honrada (RAMON LLULL, 2000: 21). O beato questionava: se os juristas, os médicos e os clérigos aprendiam seus ofícios pelos livros, por que não os cavaleiros? Suplicou ainda ao rei que fosse revista essa falha contra a ordem cavaleiresca. Assim, o tratado luliano surgiu para completar essa lacuna na educação medieval, pois atua como a “ciência escrita” em livros que Llull tanto reclamava (SOLER I LLOPART, 1989: 21-22).

O cavaleiro que não cumprisse o ofício para o qual fora destinado era vil e mesquinho, além de contrário à vontade de Deus, que o havia elegido para vencer e submeter os inimigos da fé cristã, que dia e noite lutavam contra a Santa Igreja. Então, a primeira função do cavaleiro era manter, defender,

multiplicar e honrar a santa fé católica. Os cavaleiros que mantinham e defendiam o ofício de Deus e da fé eram merecedores da honra divina (RAMON LLULL, 2000: 23).

A segunda questão proposta nesse trabalho é referente aos valores e habilidades que um guerreiro deveria possuir para ser considerado um bom cavaleiro. Antes de tudo, o cavaleiro deveria ser amigo das virtudes e inimigo dos vícios. Sempre que seu coração fosse assolado por “coisas vis e tortas”, ele deveria se voltar para Deus e n’Ele buscar ajuda e socorro. Em Llull, a virtude era uma disposição habitual para a prática do bem (COLOM I MATEU, 1982-1985: 362), que o cavaleiro deveria levar a todos os lugares que estivesse. O virtuoso cavaleiro proposto por Ramon Llull deveria ser probo, vigoroso, além de possuir uma moral acima de todas as suspeitas. Essa fama do cavaleiro puro e cheio de virtudes era necessária, pois a sociedade ainda estava descrente de que a cavalaria não era mais a responsável pelas pilhagens e crimes hediondos contra tudo e todos.

O primeiro dom que o cavaleiro deveria possuir era a honra. Na cavalaria, esta indicava as ações virtuosas e com ela o cavaleiro honraria a Deus e à sua ordem. Seguindo retamente as finalidades de seu ofício, ele rendia graças a Deus. A honra não significava apenas virtudes, mas também a capacidade do cavaleiro desempenhar bem suas funções: usar bem das armas e das suas faculdades (lealdade, fidelidade, etc.) (RUBIÓ, 2001: 81-86). O direito de comandar era concedido ao cavaleiro pela alta honra que ele possuía (DUBY, 1992: 27). A “nobreza de coragem” que o cavaleiro deveria possuir não era senão a presença de valores éticos e morais, que se refletiriam em suas ações valorosas (valentia, firmeza, disposição). Era uma força espiritual, um bálsamo que inundava o coração do corajoso homem de armas (SOLER I LLOPART, 1989: 101).

No seio da sociedade, o bom cavaleiro deveria desempenhar diversas funções. Clarear essas funções nos ajudará a responder a terceira e última questão: que espaço ele ocupava na sociedade da época? É certo que o cavaleiro ocupava um lugar importante na violenta sociedade medieval. A ordem cavaleiresca estava encarregada da proteção geral da sociedade, de zelar pelo bem-estar do povo de Deus e ainda manter a ordem neste mundo terrestre. Encaravam uma vida cheia de riscos e de deveres por vezes desagradáveis (DUBY, 1989: 16-19). Essas funções foram divididas no texto luliano em dois grupos: as funções relacionadas à alma e as funções relativas ao corpo.

As primeiras remetiam às virtudes que os cavaleiros deveriam conhecer e praticar, pois elas eram “raiz e princípio de todos os bons costumes”. Eram sete, divididas em teologais e cardeais. As teologais eram três: fé, esperança e caridade; as cardeais quatro: justiça, prudência, fortaleza e temperança. Sem elas, o cavaleiro não conseguiria obter bons costumes e bons ensinamentos, exigências essenciais para fazer parte da ordem de cavalaria. Cada uma das virtudes doava ao cavaleiro uma espécie de capacidade específica:

Virtude	Capacidade
Fé	São corajosos e firmes
Esperança	Crêem na ajuda divina
Caridade	Sustentam o peso da cavalaria
Justiça	São semeadores da paz
Prudência	Distinguem o bem do mal
Fortaleza	São fortes e vitoriosos
Temperança	São moderados e comedidos

Era através das virtudes que o cavaleiro colocava em prática as funções relativas ao corpo. Se ele portava tais virtudes, certamente era digno de atos nobres e retos. Além dessas virtudes, outras são apresentadas por Llull: lealdade, largueza e gentileza. Com a lealdade, ele demonstraria obediência e respeito aos seus senhores (celestial e terrenal), com a largueza seria generoso e praticaria o “ofício de dar” (RAMON LLULL, 2000: 45), porém, sendo prudente, para assim não dilapidar seu patrimônio. Esse ofício significava a generosidade, a liberalidade e a caridade pelos despossuídos (COSTA). Gastar era uma forma de afirmação de poder sobre as populações (DUBY, 1992: 24). Sendo gentil portar-se-ia com bons modos e de maneira cortês entre as pessoas.

Através de seu corpo, o cavaleiro desempenhava suas funções sociais e políticas. Era sua responsabilidade manter, ou seja, defender e respeitar as viúvas, os órfãos e os homens despossuídos, socorrendo aqueles que necessitassem, protegendo os caminhos e os lavradores (DUBY, 1992: 24). Essas eram funções coercitivas e de natureza defensiva. Na cultura medieval, gestos manuais como tomar, reter e soltar, eram considerados ações políticas. Por exemplo: “tomar” era assumir as responsabilidades de proteção e sustento de alguém. As relações de poder eram paternas, pois um dos traços característicos do poder na Idade Média era a sua natureza doméstica. Nesse

período, os poderes eram difíceis de discernir e delimitar (DUBY, 1992: 12-13).

Os cavaleiros deveriam manter em harmonia todos os ofícios existentes, cada qual em seus respectivos lugares e funções: ferreiros, sapateiros, mercadores, etc., e para conservar esse corpo ordenado, o cavaleiro deveria manter-se bem alojado, possuir castelos, vilas e manter fortes para a defesa de todos. Enfim: o ofício cavaleiresco existia para a proteção da sociedade e para a destruição dos maus homens, pois “(...) traidores, ladrões, salteadores devem estar sob o encalço dos cavaleiros, porque assim como machado é feito para destruir as árvores, assim cavaleiro tem seu ofício para destruir os maus homens” (RAMON LLULL, 2000: 41). O cavaleiro luliano também deveria ser rico para manter em bom estado seus equipamentos bélicos e também para que não desejasse roubar, trair ou ludibriar aqueles que possuísem tais benefícios (RAMON LLULL, 2000: 61).

Encontramos em um poema escrito no século XII por Hartmann von Aue (c. 1170 - 1220) chamado “O Pobre Henrique” (*Der arme Heinrich*) a descrição esplêndida de um cavaleiro semelhante a esse idealizado por Ramon Llull:

Seu coração tinha abjurado
toda falsidade e torpeza
e também mantinha-se firme no juramento
com constância até seu fim.
Sem nenhuma reprovação
eram sua honra e sua vida.
A ele foi dada toda a plenitude
das honras deste mundo.
Ele bem as podia multiplicar
Com as mãos da pura virtude. (v.49-58) (...)
Ele era o refúgio dos necessitados,
um escudo para seus parentes,
uma balança equilibrada da benevolência:
A ele era desconhecido qualquer excesso ou escassez.
Ele carregava o cansativo fardo
da honra sobre as costas. (...)
ele era cortesmente educado e também sábio. (v. 63-73)
(HARTMANN VON AUE)

O protagonista do poema é Henrique, um nobre cavaleiro que, ao se afastar de Deus, se vê acometido pela lepra e assim perde todo seu prestígio e sua força. A salvação de Henrique veio pelas mãos de uma humilde camponesa, que aceitou derramar seu sangue em sacrifício pela salvação de Henrique.

Porém, no último momento, quando a jovem está prestes a ser sacrificada, o cavaleiro se recusa a aceitar a morte da camponesa. Ele não se julga merecedor dessa graça. Por esse feito, Henrique é milagrosamente curado pelo amor de Deus, que o recompensa pela sua humildade. Como agradecimento, Henrique toma a jovem camponesa por esposa, concedendo-lhe um título da nobreza. Percebemos nesse extrato algumas características que Ramon Llull defende: honra e vida sem nenhuma reprovação, temperança, apoio àqueles que necessitassem e posse de um coração que renegava os vícios mundanos. Esse Henrique do trecho do poema poderia certamente ser confundido com o cavaleiro ideal luliano, pois, mesmo conhecendo quão grande era o fardo da cavalaria, permanecia firme desempenhando suas funções junto à sociedade. O cavaleiro luliano, mesmo sendo suficientemente rico para manter a honra da cavalaria, não poderia possuir qualquer “defeito” que o impossibilitasse de fazer bom uso das armas, tornando-o indigno de ser armado (RAMON LLULL, 2000: 63) ou vícios que o levassem a executar atos mesquinhos (RAMON LLULL, 2000: 65). O maiorquino defendia que a cavalaria deveria prezar mais a qualidade que a quantidade, mas existiam aqueles que injuriavam a ordem, amando mais a “multidão de número” que os bons costumes: “(...) há alguns cavaleiros que preferem seja maior o número de cavaleiros a que existam bons cavaleiros.” (RAMON LLULL, 2000: 53).

O ofício da cavalaria era considerado por Llull um dos mais nobres. O beato afirmava que os mais honrados ofícios existentes eram os de clérigo e de cavaleiro, e por isso estes deveriam ser muito amigos (RAMON LLULL, 2000: 25). Porém, os cavaleiros deveriam ser obedientes aos clérigos (RAMON LLULL, 2000: 25). No quinto capítulo da obra, Llull esclarece que o ofício de cavalaria era o segundo mais nobre: “(...) o cavaleiro, que é, após o ofício de clérigo, o mais alto ofício que existe.” (RAMON LLULL, 2000: 79). Por possuir um ofício tão digno, o cavaleiro era responsável por manter a justiça, defender o rei e seu senhor natural. Cavalgar, justar, participar de torneios, esgrimir e caçar também eram ações relativas aos feitos de armas diante da sociedade (RAMON LLULL, 2000: 29).

Além dessas funções sociais desempenhadas pelos cavaleiros, também estes estavam ligados à administração e à política:

“(...) Deus quis que, para reger todas as gentes deste mundo, haja mister muitos oficiais que sejam cavaleiros; por isso rei ou príncipe que fizer procuradores, vegueres (espécie de corregedor), bailios, de homens que não sejam cavaleiros o faz contra o ofício da cavalaria, dado que seja mais conveniente que o cavaleiro, segundo a dignidade de seu ofício proteja o povo, do que outros homens. Pois, pela honra de seu ofício, lhe deve esse feito mais de honra que a

outro homem que não seja tão honrado no ofício; e pela honra em que se encontra pela sua Ordem, tem nobreza de coração (...)” (RAMON LLULL, 2000: 27).

Pelo trecho acima, percebemos quão honrado era o ofício de cavaleiro e quantas responsabilidades ele possuía dentro do pensamento luliano. Justamente por isso que, no ato da admissão do novo cavaleiro, eram expostos a ele todos os perigos a que seria destinado a partir do momento que fosse armado. Manter a cavalaria era, como dissemos, um grande peso, um fardo. O cavaleiro deveria empenhar todas as suas forças pelo bom funcionamento da honrada ordem e quiçá morrer por ela, pois, “(...) o cavaleiro deve mais hesitar perante a censura das gentes do que perante a morte (...) e por isso todos esses perigos devem ser mostrados e denunciados ao escudeiro antes que seja armado cavaleiro” (RAMON LLULL, 2000: 61). O cavaleiro que morresse por sua ordem era o que melhor e mais profundamente possuía em si os preceitos e a nobreza dela (RAMON LLULL, 2000: 35).

Os cavaleiros eram muito necessários ao governo do príncipe, afirmou o “dito reverendo mestre Ramon” (RAMON LLULL). Eram os mais apropriados a ocupar cargos públicos, pois possuíam vantagens em relação aos outros homens (eram mais fortes, mais honrados, mais corajosos). Por isso, eram mais convenientes a exercer importantes funções no governo e a participar do conselho do príncipe (RAMON LLULL, 2002: 322). O soberano que não levasse em consideração esse fato ia contra a antiga e alta honra da cavalaria. O príncipe luliano possuía grande nobreza de coração e com ela era capaz de destruir os inimigos da cavalaria, encaminhando os cavaleiros para o bom caminho (RAMON LLULL, 2000: 33).

Quando Llull redigiu o *Livro da Ordem de Cavalaria*, a cavalaria já era uma ordem firmemente estruturada e associada à nobreza hereditária. O modelo de cavaleiro idealizado pelo maiorquino e as funções estabelecidas para esse cargo demonstram a grande importância desse grupo na construção da história medieval. O cavaleiro luliano desempenhava, de maneira sublime, honrada e corajosa o que os outros grupos da sociedade não poderiam fazer: eram destros no manejo das armas e os responsáveis pela segurança, não mais pelo terror, violência e pilhagens como nos tempos anteriores.

Fontes

- HARTMANN VON AUE. *O Pobre Henrique (Der Arme Heinrich)*.
Publicado na Internet. Tradução de Álvaro Alfredo Bragança Júnior.
MARTORELL, Joanot. *Tirant Lo Blanc*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
RAMON LLULL. “A Árvore Imperial (1295-1296)”. *In*: COSTA, Ricardo.
Testemunhos da História. Documentos de História Antiga e Medieval. Vitória: EDUFES, 2002, p. 314-340.
RAMON LLULL. *Vida Coetânea* (1311). Publicado na Internet.
RAMON LLULL. *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283). São Paulo:
Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio/Editora
Giordano, 2000.

Bibliografia

- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *Rîter, Frouwe e Got em Der Arme Heinrich de Hartmann Von Aue Idealização literária da sociedade na Baixa Idade Média germanófona*. Publicado na Internet.
CARRERAS I ARTAU, J. y T. *Historia de la filosofía española. Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV*. Madrid: Asociación para el progreso de las ciencias, 1939, Tomo I-II.
COLOM I MATEU, Miquel. *Glossari General Lul·lià (GGL)*. Mallorca: Editorial Moll, 1982-1985, 05 Volumes.
COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média: O Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramon Llull*. Publicado na Internet.
COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. “La caballería perfecta y las virtudes del buen Caballero en el Libro de la orden de caballería (ca. 1279-1283), de Ramon Llull”. *In*: FIDORA, Alexander y HIGUERA, José G. (ed.). *Ramon Llull: caballero de la fe. El arte luliano y su proyección en la Edad Media*. Pamplona: Eurograf, 2001.
COSTA, Ricardo da (org). “A Árvore Imperial”. *In*: *Testemunhos da História. Documentos de História Antiga e Medieval*. Vitória: EDUFES, 2002, p. 303-313.
COSTA, Ricardo da. “A ética da polaridade de Ramon Llull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social”. *In*: COSTA, Marcos Roberto N. e DE BONI, Luis A. (orgs.). *A Ética Medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 487-502.
DUBY, Georges. *A Idade Média na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

- DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- EGEA I GER, Marc. “Ramon Llull: Del combate espiritual al combate por las armas”. *In: Revista Agustiniana*. S/L: S/E, 2000.
- FRANCO JR., Hilário Franco. *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
- HILLGARTH, J. N. *Ramon Llull i el naixement del Lul·lisme*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1998.
- JAULENT, Esteve. “Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris: a cruzada e a luta contra o Averroísmo”. *In: RAIMUNDO LÚLIO. Escritos Antiaverroístas (1309-1311)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 09-28.
- OLIVER, Antonio P. “El ‘Libre del Orde de Cavalleria’ de Ramon Llull y el ‘De laude navae militiae’ de San Bernardo”. *In: Estudios Lulianos. Revista Cuatrimestral de Investigación Luliana y Medievalística*. Palma de Mallorca (España): Maioricensis Schola Lullística, Vol. II, Fasc. 2, 1958.
- RUBIÓ, José G. Higuera. “Honor y dialéctica (Sobre la representación caballeresca de Ramon Llull en el Breviculum de Tomás Le Myésier)”. *In: FIDORA, Alexander y HIGUERA, José G. (eds.). Ramon Llull: caballero de la fe. El arte luliano y su proyección en la Edad Media*. Pamplona: Eurograf, 2001.
- SANTANACH, J. “Notes per a la cronologia del Cicle de L’*Ars Compendiosa Inveniendi Veritatem*”. *In: Studia Lulliana*. Palma de Mallorca: Maioricensis Schola Lullistica, vol. XL, n.º 96, 2000.
- SOLER I LLOPART, Albert. “Mas cavaller qui d’aho fa lo contrari. Una lectura Del tractat lul·lià sobre la cavalleria (Primera Part)”. *In: Estudios Lulianos. Revista cuatrimestral de investigación luliana y medievalística*. Palma de Mallorca: Maioricensis Schola Lullística, año XXIX, vol. XXIX, Fasc. I, 1989.
- YATES, Frances A. *Assaigs sobre Ramon Llull*. Barcelona: Editorial Empúries, 1985.